

Na contramão da Justiça global

Especialista faz alerta para riscos de tribunal penal

ARTHUR ITUASSU

No último dia do ano 2000, o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, assinou o Tratado de Roma, que estabelece a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) para crimes de guerra, genocídio e violação dos direitos humanos. Uma instituição de importância quase unânime que promete punir ditadores como o chileno Augusto Pinochet e o iugoslavo Slobodan Milosevic. No entanto, quinze dias depois, um artigo no jornal *The New York Times* criticou a decisão de Clinton e pediu ao Congresso americano que não ratifique o tratado.

Até aí, nada de mais. Nos Estados Unidos, muitos são contrários ao tribunal, que precisa ser aprovado em 60 Parlamentos do mundo para entrar em vigor. No entanto, o argumento comum é que o TPI

fere os interesses e a soberania dos EUA e o artigo publicado sugere que o tribunal não é só ruim para os americanos, mas para a humanidade. Um risco para a paz mundial.

Ninguém daria muita importância ao artigo se ele não estivesse assinado pelo professor Stephen Krasner, da Universidade de Stanford, na Califórnia, uma das referências mais importantes do mundo em assuntos de soberania e política internacional. "Hoje há uma certa ingenuidade de que as relações internacionais possam ser regidas por processos legais", diz o professor Krasner, ao **JB**, de Berlim, onde está como pesquisador convidado do *Wissenschaftskolleg*.

Instabilidade— Krasner argumenta que as ações do tribunal podem criar uma perigosa instabilidade política em determinados países ou regiões. "Este tipo de instituição não será estruturada para fazer uma análise política de seus atos", comenta.

Para o professor, a decisão

de uma corte internacional de processar ou não Pinochet, por exemplo, deve obrigatoriamente levar em conta as conseqüências políticas deste ato no Chile. As cortes do Chile por estarem interligadas, mesmo que indiretamente, à estrutura política chilena, têm uma resposta direta da sociedade pelos seus atos, o que as influencia nas decisões.

"Em tribunais nacionais há essa responsabilidade, essa prestação de contas. A organização internacional que está sendo criada não tem nada disso. Baseia-se somente em termos de Justiça internacional e releva o cálculo político", diz o professor, "pessoas sentadas em Haia [na Holanda, futura sede do TPI] podem resolver processar alguém por crimes no Timor Leste e desestabilizar a situação política na Indonésia. Isso é muito perigoso."

Para os que acham que esse é um argumento a favor da impunidade, Krasner tem uma resposta. "A idéia de uma corte internacional vai fazer com

que os criminosos se esforcem para continuar no poder", diz o professor. Para Krasner, um ditador viola os direitos humanos como opção de curto prazo para se manter no poder. Se largar o poder, ele pode ser processado. Então ele se prende ao poder e, com isso, causa mais danos à população.

As conseqüências da criação do Tribunal Penal Internacional, para Krasner, são claras. "Uma corte como essa tem que ter por base a noção de criar um mundo mais seguro que vá promover direitos humanos e democracia. Acho absolutamente possível que esta corte faça o contrário", diz o professor, cético em relação ao TPI, mas também em relação às suas próprias idéias. "Eu não digo que isso vai acontecer, mas que pode acontecer. É um risco e, em se tratando de paz internacional, qualquer risco é um risco muito alto", completa. Como escreveu o filósofo alemão Immanuel Kant, a incerteza, às vezes, pode ser mais útil que a verdade.